

O ALJUBE

O trecho da actual rua da Prainha, comprehendido entre as dos Ourives e Camerino (antes — da Imperatriz), teve, em tempos antigos, os nomes de rua da Vallinha e mais tarde do Aljube. O primeiro foi devido á existencia de pequena valla, que, servindo de excoamento ás aguas das chacaras circunvizinhas e de exgôto *omnium purgamentorum* do antigo Seminario de S. Joaquim, ia desembocar na grande valla da cidade em direcção á prainha de André Pinto Guimarães. A segunda denominação veio depois que, juncto á ladeira da Conceição, o bispo d. frei Antonio de Guadalupe fez construir pesado e sombrio edificio, destinado aos misteres do juizo ecclesiastico, cujas atribuições eram, nos tempos coloniaes, muito extensas e assás complicadas.

A origem e a necessidade do Aljube estão perfeitamente descriptos em um codice do archivo do Instituto Historico, sob o titulo — *Consultas do Conselho Ultramarino de 1726-1740*. Comprados por d. Antonio a um certo Ignacio Alves os chãos, onde começou a levantar as paredes do Aljube, obteve da Camara a remissão do fôro e em 25 de Janeiro de 1731 escreveu ao rei pedindo a confirmação dessa graça.

Em 7 de Janeiro de 1732 foi passada provisão para que o ouvidor geral informasse a respeito.

Em 5 de Dezembro do mesmo anno deu esse magistrado cumprimento á ordem e respondeu que era verdade o que allegava o bispo: «que havia construido á sua custa o Aljube em terras fobreiras á Camara em 960 réis, que essa remissão era justa e vantajosa, porque d. Antonio de Guadalupe fizera tambem alli uma casa particular para se depositarem as mulheres que houvessem de casar ou divorciarem-se de seus maridos, do que resultava vantagens aos moradores por se livrarem da vexação, com que os juizes ecclesiasticos os obrigavam a ser depositarios das dictas mulheres, sentindo a despesa de as sustentarem e o trabalho de cuidarem de sua custodia, além da publica utilidade que resulta ao socego das cadêas seculares, ficando com o dicto Aljube livres das perturbações, que nellas ordinariamente costumam fazer os clerigos presos, como succedeu na resistencia que contra a justiça fizeram os presos da enxovia daquelle cidade, fomentados por uns clerigos que se achavam na mesma prisão, para cujo socego fôra necessario a elle Ouvidor ir pessoalmente com uma companhia de soldados á mesma cadêa».

Lidas tambem as razões da Camara, e depois de muitas formalidades, resolveu o Conselho, em 15 de Junho de 1733, de accôrdo com o procurador da Corôa, que a remissão do referido fôro só

teria logar enquanto a dicta casa servir de Aljube ; porque reduzindo-se a outro uso pagará o fôro que lhe fôr imposto.

Pouco ou quasi nada temos encontrado de curioso acêrca da primeira phase historica dêsse grande casarão, que ainda existe, e onde, em seu pavimento superior, funcçãoou por muito tempo o Tribunal do Jury.

Dizem chronistas, fallando da architectura do Aljube, que as antigas janellas de grades de pão foram substituidas por balcões de grades de ferro.

Naturalmente, o velho edificio serviu por grande lapso de tempo ao fim para que fôra construido : lá purgaram seus pecados muitos padres turbulentos, alguns dos que iam ás minas commerciar contra as ordens régias, os desobedientes aos superiores, os contrabandistas, arruaceiros, que, em virtude da tonsura, e em respeito ás ordenações estavam sujeitos a fôro especial, perante o qual respondiam por faltas e crimes. Cremos, tambem, que alli gereram os christãos novos sujeitos aos *casos da Inquisição* e que nas enxovias do Aljube esperavam monção para serem levados a Lisboa, onde mais tarde deviam figurar nos autos de fé do Sancto Officio !

Ao findar porém o seculo XVIII, descrevendo o Rio de Janeiro, confessa o padre Luiz Gonçalves dos Santos que o Aljube era grande em excesso para *similhante fim* (prisão dos ecclesiasticos).

Os successos vieram, em breve, desmentir o juizo do illustre auctor das *Memorias do Reino do Brasil*.

Chegando, como é sabido, em 1808, ao Rio de Janeiro a Familia Real, houve necessidade de dar accomodações, além do numerooso sequito de fidalgos e pessoas particulares, aos criados da Casa Real. Parte delles foi aboletada na antiga Casa da Opera do Manuel Luiz, e a maioria na antiga Cadeia da cidade (hoje Camara dos Deputados), havendo um passadiço que ligava esse velho edificio á Casa dos Governadores, transformada em residencia régia, graças aos cuidados do último vice-rei, o conde dos Arcos.

Esse passadiço desapareceu quando, em 1823, a antiga Cadeia soffreu ainda reformas para alojar os membros da Constituinte.

Os presos, não só os já condemnados, mas os simples detentos, foram removidos para o Aljube, que, desde então, tomou o titulo de Cadeia da Relação.

Não nos foi possivel conhecer o número exacto dos que figuraram nesse exodo mas o que podemos affiançar é que os desgraçados, sob a acção da lei, não melhoraram de sorte, e tiveram de

ficar desde então como sardinha em tijaleta, em um edificio sem condições hygienicas e destinado a menor número de habitantes. Que a estatística criminal d'esses tempos tendia a augmentar temos a prova no facto de haver o conde da Cunha mandado abrir enxovias no pavimento terreo de sua residência para dar desafôgo á Cadeia publica, que regorgitava de presos. Nellas estiveram reclusos alguns compromettidos na Inconfidência Mineira, inclusive o proprio Silva Xavier, nos primeiros dias de sua prisão. Em 22 de Maio de 89 já estava na ilha das Cobras.

Ao passar o govêrno do vice-reinado ao conde de Resende, dizia Luiz de Vasconcellos e Sousa, em uma espécie de relatório: «havendo em toda a parte muita casta de vadios, que commettem insultos e extravagancias inauditas, não é de admirar que no Rio de Janeiro, onde o maior número de seus habitantes se compõe de mulatos e negros, se practiquem todos os dias grandes desordens, que necessitam ser punidas com demonstrações severas, que sirvam de exemplo e de estímulo para se cohibirem, ainda que de nenhum modo se deve esperar que o sejam na sua totalidade. Talvez por esse motivo se mandou aqui estabelecer, pela carta régia de 8 de Julho de 1769, uma casa de correccão, que, sendo utilissima, não sei porque ficou em esquecimento».

Para obviar taes inconvenientes, e attento o pouco espaço das prisões públicas, Vasconcellos tomara o alvitre de enviar muitos condemnados para a ilha das Cobras e fazê-los trabalhar nas obras públicas da cidade. Seu successor, o conde de Resende, luctou sempre com as mesmas difficuldades, e em sua correspondencia não cessou de pugnar pela idéa da creação de casas correcionaes, cousa que, só muito mais tarde, foi realizada no tempo da Regencia. Era tal o estado de plenitude das cadeias, que foi preciso para encarcerar os envolvidos na Conjuração Mineira obrigar a Ordem da Penitencia a ceder quartos de seus hospital, no largo da Carioca, e a transformá-los em cubículos, onde por mais de dous annos estiveram reclusos os patriotas á espera da solução final do processo, que só deveria terminar em 20 de Abril de 1792.

Destas despretenciosas considerações podemos concluir que grande devêra ser o número de presos transferidos para o Aljube.

O que foi desde então esta horrorosa prisão já o disseram escriptores abalisados, entre os quaes mencionaremos os drs. Mello Moraes e M. de Azevedo.

Sentimos, por falta de espaço, não poder reproduzir aqui as brilhantes e exactas descrições dêsse covil de supplicios e de miserias, dêsse verdadeiro inferno de Dante, dessas scenas indecorosas que, para vergonha nossa, se patenteiavam aos olhos de todos, em pleno seculo XIX!

Finalmente, em boa hora, a Camara Municipal, em cumprimento do art. 56 da charta de lei de 1º de Outubro de 1828, nomeou uma commissão composta dos cidadãos João Silveira do Pillar, José Martins da Cruz Jobim, Antonio Ildefonso Gomes, João Pedro da Silva Ferraz, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, Cypriano José de Almeida e José Augusto Cesar de Meneses para visitar as prisões civis, militares e ecclesiasticas e todos os estabelecimentos públicos de caridade.

Depois de descrever as condições hygienicas do Aljube, a commissão, em seu relatório, escripto com a maior independência, assim se exprimia : «foi com grande difficuldade que se pôde vencer a repugnancia que deve sentir todo coração humano para penetrar nesta sentina de todos os vicios, neste antro infernal onde tudo se acha confundido, o maior facinora com uma simples accusada, o assassino mais inhumano com uma miseravel victima da calumnia, ou da mais deploravel das administrações da justiça. O aspecto dos presos nos faz tremer de horror : mal cobertos de trapos imundos, elles nos cercam por todos os lados e clamam contra quem os enviou para semelhante supplicio, sem os ter convencido de crime ou delicto algum. Os infelizes preferiam antes morrer de uma vez, do que acabar pouco a pouco no meio dos maiores tormentos da fome, do calor e vendo cada dia deteriorar-se mais a sua saude. Os esconderijos dêsse edificio, construido para 12 a 20 pessoas, continham 390 presos !

«No interior das salas sente-se um cheiro insupportavel de cigarro, suor, latrinas e de toda a sorte de immundicies, que tornam semelhante prisão mais horivel do que o deve ser a habitação dos mais ferozes animaes».

Depois de várias considerações sôbre a capacidade dos diversos compartimentos, proseguia a commissão : «não ha nada sôbre a terra mais horivel do que o espectaculo que apresentam estes desgraçados ; não ha expressões que o possam representar ; é necessario ve-lo para se fazer idéa do que é e que se poderá esperar de uma prisão que familiariza o coração do homem com semelhantes ferocidades. Havia no pavimento inferior differentes enxovias, para onde se desce por portas de alçapão ; a chamada de Guiné, que tinha apenas duas janellas, com 85 presos livres e escravos confundidos, que dormem em cima de pedras humidas ; a enxovia do meio e a enxovia grande ; estas duas últimas são absolutamente inhabitaveis, e os mesmos carcereiros asseguram que *morre nellas grande número de presos abafados, principalmente no verão !*»

A ganancia dos carcereiros mereceu tambem severas reflexões da parte da patriotica commissão, que terminou sustentando que o

Aljube não era susceptível de reforma alguma. Esse relatório, que corre impresso e foi reproduzido no 2º volume do *Archivo Municipal*, é digno de acurada leitura e bem prova os humanitários sentimentos desses illustres cidadãos contra tão triste estado de cousas, que não podia nem devia continuar, maximé em um paiz civilizado regido por uma Constituição que se dizia liberal.

Coube a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, mais tarde visconde de Sepetiba, a gloria de, como ministro da Justiça, em 1833 dar o primeiro passo na nobre, útil e caridosa missão de considerar o condemnado, não como um animal feroz, indigno de toda consideração, mas como ente susceptível de regeneração pelo trabalho que nobilita.

Com a criação da Casa de Correção, cujo edificio foi começado em 1835, o Aljube perdeu sua razão de ser; entretanto, até 1856 serviu de prisão a simples detentos.

No pavimento inferior do antigo Aljube funcionou por muito tempo uma estação policial. Hoje a imunda prisão destinada a principio para os ecclesiasticos ainda existentes, apresentando aspecto repugnante e digno das vistas da hygiene, dizem que está transformada em casa de commodos. Quem sobe a ladeira da Conceição ainda nota a antiga capella de Sanct'Anna, oratorio dos condemnados á morte. Della saíram para a forca varios condemnados, entre elles Ratcliff, Loureiro e Metrewich, cujos corpos, depois de justicados, foram conduzidos para o deposito da Misericórdia por negros embriagados, que os fizeram cair por vezes na rua, com grande gritaria dos moleques e capadocios, segundo refere Fabregas Suriquê.

Lembramos, ha pouco, o nome de Aureliano, desse benemérito Brasileiro cuja memoria nos desperta recordações da mocidade.

Em 1866 cursavamos o primeiro anno medico e fomos, em companhia de dous collegas, hoje fallecidos, fazer aquisição de ossos para estudos anatomicos, na antiga capella do pae Corrêa (egreja da Conceição de Niteroi). Cheios os saccoes de que iamos munidos e dada pequena esportula ao sacristão, mostrou-nos este, em um recanto escuro, velha e empoeirada caixa de madeira, sôbre cuja tampa vimos um chapéo armado e um espadim, e disse-nos: «jazem alli os ossos de Aureliano».

Ainda lá estarão os restos do visconde de Sepetiba ?

Ou tiveram a mesma sorte que os de tantos outros illustres e emeritos compatriotas nossos ?

11 de Novembro de 1902.
